

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010874-85.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **Karina de Carvalho Fernandes**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

KARINA DE CARVALHO FERNANDES opôs **EMBARGOS À PENHORA** em face do **BANCO BRADESCO S/A**, todos devidamente qualificados.

Segundo a inicial a autora adquiriu o veículo **FORD/ECOSPORT**, de placas **FGZ 9587**, para participar de uma seleção de trabalho; comprou o veículo de boa fé e na sequência soube que pendia sobre ele um bloqueio de transferência solicitado pelo postulado/embargado nos autos do Processo **1007308-31.2017** (execução). Pediu a suspensão da execução, o desbloqueio de transferência que paira sobre o veículo e a condenação do embargado ao pagamento das custas, despesas que teve no curso da ação e honorários advocatícios.

Devidamente citado, o banco-embargado ofereceu defesa a fls. 26/31. Sustentou que não ocorreu a penhora do veículo objeto dos embargos e sim apenas um mero bloqueio de transferência junto ao sistema

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

competente. Argumentou que não foi formalizada penhora alguma. Por fim, ponderou que após tomar ciência da venda extrajudicial do veículo, formulou, prontamente, o pedido de cancelamento da averbação do ajuizamento da execução que havia recaído sobre o veículo. No mais, alegou que não deve ser condenado no ônus da sucumbência.

Sobreveio réplica a fls. 37/38; nela, a autora alega que o banco réu foi negligente ao não fazer a pesquisa para verificação da propriedade do veículo indicado para bloqueio; argumentou que tal bloqueio lhe causou grandes transtornos, inclusive contratação de advogado e quase perdeu a chance do empregado mencionado na portal.

É o relatório.

DECIDO.

Na verdade, a autora vem a Juízo como terceira e não como executada/embargante.

Outrossim, não houve nenhum ato constitutivo em relação ao referido bem; apenas um bloqueio de transferência, decorrente da averbação do ajuizamento de ação de execução.

Cabe ressaltar que a autora/embargante foi intimada pelo despacho de fls. 22, “in fine” a trazer aos autos cópia do recibo de compra e venda do veículo objeto desta ação e silenciou, conforme certidão de fls. 34.

Tão logo teve ciência do que se passava, o próprio

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

banco embargado já pediu o cancelamento da averbação da execução com o desbloqueio do veículo.

Nessa linha de pensamento não há como proclamar sua condenação nas verbas da sucumbência até porque não tinha ele como prever a venda para a autora embargante.

O documento de fls. 93 dá conta de que houve apenas a averbação da existência do processo junto aos assentamentos do veículo. Como isso é uma novidade trazida pelo CPC-15, com certeza o sistema informatizado do departamento de trânsito não estava preparado, e acabou lançando código diverso, conforme documento de fls. 18, que indicou equivocadamente o tipo de bloqueio, como “penhora”.

Por fim, a simples contratação de advogado para defesa de interesses pessoais, mais especificamente, para representação em juízo, não pode ser considerada “dano”.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos contidos na portal, com resolução do mérito.

Ante a sucumbência, fica a autora condenada ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios ao patrono do banco embargado, que fixo, por equidade, em 10% sobre o valor dado à causa.

Cabe salientar, que a autora formulou pedido de Justiça Gratuita mas não trouxe aos autos comprovantes de seus rendimentos mensais e cópia de declaração de IR e assim, referido pedido deixa de ser apreciado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P. e Intimem-se.

São Carlos, 01 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**